



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH  
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A  
NOÇÃO DE ERRO NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

HERSON BRENO F. BARRETO

CATOLÉ DO ROCHA- PB  
2013

**HERSON BRENO F. BARRETO**

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A  
NOÇÃO DE ERRO NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. M.Sc. João Irineu de França Neto

Catolé do Rocha – PB  
2013

B273r Barreto, Herson Breno Ferreira.  
Revisão bibliográfica sobre a variação linguística e a  
noção de erro no ensino de língua materna / Herson Breno  
Ferreira Barreto. – Catolé do Rocha, PB, 2013.

23 f.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Letras)  
– Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

Orientação: Prof. Msc. João Irineu de França Neto,  
Departamento de Letras e Humanidades.

1. Variação linguística. 2. Preconceito. 3. Escola. I.  
Título.

21. ed. CDD 410

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A  
NOÇÃO DE ERRO NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

**BANCA EXAMINADORA**

*João Irineu de França Neto*

**Prof. M. Sc. João Irineu de França Neto**  
Orientador

*Mauriene Silva de Freitas*

**Profa. M. Sc. Mauriene Silva de Freitas**  
Examinador

*José Marcos Rosendo de Sousa*

**Prof.: José Marcos Rosendo de Sousa UEPB/CAMPUS IV**  
Examinador

APROVADO EM: 05 de Setembro de 2013.

## DEDICATÓRIA

A Deus primeiramente por tudo que me proporciona na vida. A minha mãe Ritinha e ao meu pai Celso, pela paciência, pelo amor, carinho e dedicação que sempre tiveram para comigo. A todos os meus familiares que de alguma forma direta ou indiretamente me apoiaram em minhas decisões. Aos meus colegas de graduação que me fizeram compartilhar momentos gloriosos durante essa trajetória acadêmica. Aos meus colegas de trabalho por me propiciarem a disponibilidade de folgar horários para que pudesse me dedicar exclusivamente ao curso. E por fim dedico em especial a minha esposa e filha pela compreensão, companheirismo, dedicação e todo carinho e amor incondicional que sempre por mim tiveram.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor João Irineu, pela dedicação, paciência, compreensão, pelo apoio, incentivo e a amizade. As Professoras Marta Lúcia e Benedita Ferreira Arnaud, pelos ensinamentos, pelos puxões de orelha e pela amizade e compreensão durante todo o curso. A todos os colegas, professores, funcionários e amigos do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba.

Por fim agradeço ao meu irmão Dr. Herlon Bruno, a minha mãe Rita Ferreira e a minha esposa Calistrata Bezerra de Souza, pelos bons momentos vividos e as palavras de incentivo.

*É curioso como as pessoas, no que diz respeito à língua, tendem aos pensamentos dicotômicos do tipo ‘isso é certo’ / ‘isso é errado’, ‘isso pode’ / ‘isso não pode’, ‘isso é português’ / ‘isso não é português’. Por causa dessa rigidez de critérios é que muita gente acredita – sem nenhum pingão de razão – que os lingüistas querem abolir as regras padronizadas, que não é mais preciso corrigir os textos escritos dos alunos, que ninguém mais vai precisar se importar com ortografia, e outras idéias igualmente estapafúrdias. (BAGNO, 2003, p. 182)*

## RESUMO

A variação linguística, numa dada língua, pode ser entendida como uma diferença entre determinadas características na linguagem, seja por motivos de localização geográfica, classe social, gênero, etc. Entretanto, esta variação nem sempre é compreendida como algo natural da língua, transformando-se em um estereótipo e criando uma forma de preconceito, o linguístico. Este artigo, de caráter descritivo, tem como objetivo refletir sobre o modo como é entendida (e, também, censurada) a variação linguística, principalmente no âmbito educacional. Por isso, esse estudo faz uma análise sobre a variação em si e o preconceito gerado pela sociedade diante do mesmo, refletindo, além disso, sobre a forma como esse é tratado pela instituição escolar, a fim de entender até onde o professor e a escola corroboram para esse tipo de prática e de que forma podemos superar a mesma. Para tal análise foram abordados alguns autores, tais como Bagno (1997), (1999), (2002) e (2008), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco e Tezza (2005), além dos PCN e de outros autores importantes para o entendimento do tema abordado.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Preconceito. Escola.



## **ABSTRACT**

The linguistic variation in a given language, can be understood as a difference between certain characteristics in language, either for reasons of geographic location, social class, gender, etc. However, this variation is not always understood as a natural language, turning into a stereotype and creating a form of prejudice, language. This article descriptive character, aims to reflect on how it is understood (and also criticized) the linguistic variation, especially in the educational field. Therefore, this study is an analysis of the change itself and prejudice generated by the company before the same, reflecting further on how this is handled by the academic institution, in order to understand how far the teacher and the school to corroborate this type of practice and how we can overcome it. For this analysis were addressed to some authors, such as Bagno (1997), (1999), (2002) and (2008), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco and Tezza (2005), in addition to the NCP and other important authors to understanding of the subject.

**Keywords:** Linguistic variation. Prejudice. School.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO I: CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM.....</b>	<b>12</b>
1.1 A variação linguística diante do professor .....	13
<b>CAPITULO II: O INÍCIO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A NOÇÃO DE ERRO ..</b>	<b>15</b>
2.1 A variação linguística e o contexto educacional .....	18
2.2 Refletindo sobre variação e linguagem no âmbito social .....	19
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo a variação linguística tem sido alvo de grandes debates, principalmente quanto à escola pública, que muitas vezes interioriza uma gestão pautada no conservadorismo e tradicionalismo, sem considerar as diferenças sociais e regionais dos alunos. A instituição escolar, vista como uma organização social, cultural e humana, requer que cada sujeito tenha o seu papel definido num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas a serem executadas.

O presente trabalho visa analisar e compreender as variações linguísticas que acontecem no contexto educativo, muitas vezes estigmatizadas, bem como entender o modo como os professores lidam com essa questão. Dessa forma, o problema de pesquisa consiste em: “de que forma podemos entender o estigma do erro diante das variações linguísticas?”.

Neste sentido, buscamos analisar os conceitos de variação e preconceito linguístico, atrelados à forma como a escola aborda esses dois fatores. É sabido, pois, que durante um longo tempo a norma padrão foi ensinada nas escolas como sendo forma certa e única de falar o português. A norma não-padrão ficou sempre sendo tratada como uma forma errada de falar; diferenças geográficas, sociais e culturais, normalmente, não são levadas em consideração.

O papel da escola, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, é fazer com que os alunos tenham uma visão e um senso crítico apurados em relação à língua que falam e possam compreender que há, sim, variações em diferentes regiões, contextos e classes sociais; tais variedades são válidas como qualquer outra. Falar uma variedade diferente da língua portuguesa que não seja considerada a variedade padrão não faz um indivíduo superior ou inferior a outro.

O objetivo geral deste trabalho consiste em ‘refletir sobre o modo como é entendida (e, também, censurada) a variação linguística, principalmente no âmbito educacional’, tendo como objetivo específico: entender o conceito de ‘erro’, mais precisamente o estigma criado em torno do mesmo.

Para isso, foram utilizados como aporte teórico os estudos de Bagno (1997), (1999), (2002) e (2008), que reflete sobre a variação e o preconceito linguístico, tanto na sociedade quanto na escola, Bortoni-Ricardo (2004), que fala sobre a

variação na sala de aula, Faraco e Tezza (2005), que abordam conceitos de língua e texto, como também os PCNs de língua portuguesa, entre outros autores, responsáveis por sistematizar estudos alinhados ao assunto em questão.

Podemos inferir, portanto, que este artigo é fruto de um estudo de caráter descritivo, sendo, por isso, de natureza qualitativa, delineado de acordo com as proposições da pesquisa bibliográfica. Após a escolha das fontes de pesquisa, foi realizada a análise e exposição do assunto como forma de sistematizar de maneira clara e objetiva o tema e o problema propostos.

Deste modo, o tema selecionado para a pesquisa exerce um papel fundamental no âmbito da compreensão da variação linguística e de um contexto educativo mais eficaz e coerente. Com isso, poderemos entender os principais aspectos e fatores que norteiam esse campo, buscando refletir sobre como ocorre “o erro” e como o professor atua sobre este.

## CAPITULO I: CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Em todas as línguas existem diferenças no modo como as pessoas se expressam, sendo estas determinadas por alguns fatores, tais como escolaridade, sexo, idade, localização geográfica, etc. Podemos dizer, então, que ocorrem variações no modo como as pessoas se relacionam com a linguagem.

Sobre esse aspecto, a variação pode ser entendida como algo que acontece de maneira natural em uma comunidade linguística. Porém, o que aprendemos é que existe apenas uma jeito “certo” de se falar, a chamada Norma Padrão (ou Norma Culta) que, muitas vezes, se resume às normas gramaticais consideradas mais conceituadas. Como explicita Bagno:

Essa concepção tradicional opera com uma sucessão de reduções: primeiro, reduz ‘língua’ a ‘norma (cult)’; em seguida, reduz esta ‘norma culta’ a ‘gramática’ – mais precisamente, a uma gramática da frase isolada, que despreza o texto em sua totalidade, as articulações-relações de cada frase com as demais, e o contexto extralinguístico em que o texto (falado ou escrito) ocorre [...]. (2003, p.20, grifo do autor)

A gramática em si não deve ser “autoritária”, ela deve, isto sim, esclarecer, especificar o funcionamento da língua; promover a sua função comunicativa. Contudo, tanto a sociedade como o sistema educacional transformaram o ensino de língua numa “classificação de regras gramaticais avulsas”, sem objetivo algum.

Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível. (BRASIL, 2000, p. 16).

Os professores de língua, muitas vezes, ficam presos a esse tipo de prática, uma vez que não direcionam a mediação entre gramática e texto. Na verdade, é preciso que a gramática seja vista como meio, e não como objeto.

De fato, o modo como se trabalha a língua portuguesa pode influenciar muito o aluno. A noção de 'erro' e 'acerto', tão empregada, tão viva na instituição escolar, geralmente impregna-se no modo como encaramos a linguagem.

### **1.1 A variação linguística diante do professor**

O educador, e conseqüentemente a instituição escolar, é aquele que faz com que se realize a interação dos alunos com o conhecimento, atuando de forma significativa na construção de um pensamento mais crítico. Ele não só tem a responsabilidade de fazer com que o aluno aprenda o conteúdo, mas também de fazê-lo evoluir criticamente, de torná-lo independente.

É muito importante que o estudante perceba os diversos aspectos, as posições e pontos de vista que existem no mundo, tornando-se, ao longo do tempo em que estuda, capaz de se por criticamente diante de um fato, e do seu próprio mundo. Como argumenta Brandão (1989, p. 80), "o rumo e a velocidade das transformações do mundo moderno exigem cada vez mais, de todos os homens, uma constante reciclagem de conhecimentos e uma contínua readaptação".

Propiciar a utilização correta das capacidades linguísticas inerentes ao aluno na sua formação social é uma das tarefas essenciais do professor de língua portuguesa. Por isso, "a escola não deve ter outra pretensão senão chegar aos usos sociais da língua, na forma em que ela acontece no dia-a-dia da vida das pessoas" (ANTUNES, 2003. p. 109).

A pluralidade de variedades que se apresentam cotidianamente ilustra como a linguagem é dinâmica e se adapta às diversas situações e possibilidades comunicativas. Por isso, achar que a Norma Padrão é o único modo de se comunicar diante dos vários contextos comunicativos consiste em um pensamento preconceituoso. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 73),

[...] quando faz uso da língua, o falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura. São essas normas que lhe dizem quando e como monitorar seu estilo.

Podemos perceber, então, uma frequência no uso de algumas variedades pelos jovens, tanto pelo fato destes estarem inseridos em contextos linguísticos em que são comuns algumas variações, quanto porque os mesmos ainda não têm um

repertório muito amplo. Porém, professores e professoras de língua portuguesa, normalmente, não tratam esse tipo de variação como algo inerente a esse contexto.

O professor é visto como alguém “superior”, exercendo, portanto, uma influência no modo de agir/pensar do aluno. A maneira como trata a variação é, para o discente, um caminho a se trilhar. Nunes e Silveira (2009, p. 167) alertam que, “caso o exercício de avaliar não se torne uma ocasião de aprendizagem, mas de julgamentos [...], ele pode ser um fator negativo para a formação da auto-estima do aluno, diminuindo suas expectativas e sua disposição para aprender.”

Assim, o estereótipo ganha força. Falar algo que não esteja de acordo com as normas se torna “imperdoável”. É aqui que o preconceito linguístico, que Marcos Bagno tanto salienta, ganha forma.

## CAPITULO II: O INÍCIO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A NOÇÃO DE ERRO

Ao longo do tempo criou-se o estigma de que a língua portuguesa é muito complicada de se falar e escrever, de que há apenas um modo “correto” (entre tantos outros modos) de ser usada pelos seus falantes, e que, em relação a isso, acreditou-se estarem cada vez mais distantes dessa forma mais ‘certa’ de utilizar a linguagem.

Para explicar essa distância, os tradicionalistas culpam a escola. Dizem que os professores não têm boa formação, que os alunos são preguiçosos, que os métodos de ensino são um fracasso, que a língua é difícil, que a introdução das noções de linguística bagunçou tudo [...]. (BAGNO, 2008, p. 40)

Muito embora a escola seja responsável pela formação do indivíduo, ela não é mais do que o reflexo da sociedade. É a sociedade que designa o valor de determinadas práticas, ou seja, é ela que determina se essas estão de acordo com o código de valores e concepções criados ao longo do tempo a partir da noção sobre o que se acredita ser certo ou não.

O preconceito linguístico é, então, um preconceito social, ligado ao prestígio, ou ao não-prestígio, de termos utilizados tanto na linguagem oral, como na escrita. Ele está ligado “à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*” (BAGNO, 1999, p. 09).

Dessa forma, o indivíduo é entendido como produto de um contexto sócio-comunicativo. Como existem diversos contextos, e dentro destes várias características, é comum notar a presença de variações no modo como esse indivíduo se expressa. Por isso, podemos dizer que a variação e o preconceito que esta recebe são de caráter estritamente social.

O valor, o prestígio que certa variedade recebe se dá, pois, pela influência que esta recebe de contextos comunicativos mais valorizados. Como aponta Bagno:

Esse prestígio social é uma construção ideológica: por razões históricas, políticas, econômicas é que determinadas classes sociais – e não outras – assumiram o poder, ganharam prestígio ou, melhor, atribuíram prestígio a si mesmas. [...] No mesmo movimento, tudo o que não se encaixa nesse modelo é considerado ‘feio’, ‘indigno’, ‘corrompido’, ‘inculto’. (2003, p. 66, grifo do autor)



Conforme podemos observar a partir das palavras de Bagno, os meios de comunicação, vistos nessa perspectiva, exercem influência nesse contexto, pelo fato de serem muito difundidos em nosso país, contribuindo para esse tipo de preconceito.

É um verdadeiro crime contra os direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala é retratada nas novelas de televisão, [...] toda personagem de origem nordestina é sem exceção um tipo grotesco, rústico, criado para provocar riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em nenhum lugar no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser língua do nordeste lá de Marte! Mas nós sabemos muito bem que esta atitude representa uma forma de marginalização e de exclusão. (BAGNO, 1999, p. 44)

Podemos inferir que este tipo de conduta tende a influenciar num comportamento preconceituoso em relação às variedades linguísticas, principalmente nos jovens, pois estes estão numa idade mais suscetível às influências dos meios de comunicação. Em seu livro, Bagno (op. cit., 1999, p.40, grifo do autor) ainda diz que “o preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe [...] *uma única língua portuguesa digna desse nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários”.

O autor esclarece que esta ideia de língua única é apenas um grande mito, pois não são levados em consideração os aspectos geográficos e sociais que influenciam diretamente na variedade linguística de cada região do país e de cada classe e contexto social em que o indivíduo está inserido.

A norma padrão é apenas uma variedade da língua como outras que existem, mas, de acordo com Bagno, ainda é muito claro o preconceito existente pelo falar diferente, até mesmo por pessoas mais escolarizadas. Como argumenta Bortoni-Ricardo (2004, p. 72), “não se pode confundir, pois, o conceito de sentenças bem formadas, que provém da noção de competência, com a noção de ‘erro’ que as gramáticas normativas defendem”.

Ainda sim, em nossa sociedade, é comum vermos a reação de pessoas, por exemplo, que moram na região sul e sudeste do Brasil fazerem chacota com a variedade linguística falada por pessoas que moram na região nordeste, pois acreditam, equivocadamente, que indivíduos que vivem nessa região não

apresentam o domínio correto da língua como os demais habitantes das outras regiões.

Num trecho retirado do livro “A língua de Eulália”, de Marcos Bagno, também podemos ver um exemplo disso. No seguinte diálogo, a personagem Irene, que é uma estudiosa no ramo da linguística, fala com a sua sobrinha e suas duas amigas a respeito de Eulália, sua empregada.

- Pra dizer a verdade – prossegue Irene –, a Eulália é um pouco de conhecimento e sabedoria. Todo dia aprendo uma coisa nova com ela. [...] – Pode até ser – comenta Emília enquanto as quatro se sentam num grande banco de madeira sobre um caramanchão – mas ela fala tudo errado. Isso estraga qualquer sabedoria. – Eu tive que me segurar pra não rir quando ela disse aquelas coisas na mesa – acrescenta Sílvia. – Ela disse: “os pobrema”, “os fosfro”, “moioingrês” (BAGNO, 1997, p. 14, grifo do autor).

Esse é um dos muitos cenários de discriminação sociolinguística: diversas pessoas, mesmo escolarizadas, não conseguem ter o senso crítico para aceitar e entender as variedades da língua portuguesa falada no Brasil. Em contrapartida, como podemos ver, se a escola ensina apenas uma língua única e “perfeita”, há diversos contextos comunicativos, cada um deles demandando uma variedade linguística particular. Além disso, “os papéis sociais que os falantes assumem em função do gênero”, do seu *status* “e de suas redes sociais, têm influência em seus hábitos lingüísticos” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 65).

Existem, então, variedades mais adequadas para determinado contexto do que outras, portanto, não podemos falar em “certo” ou “errado”, mas sim em “adequado” ou “não adequado”. Deste modo, Bagno (2008) argumenta que conhecer os fenômenos de variação é, de fato, uma arma contra o preconceito linguístico, tão presente na cultura ocidental, especialmente na brasileira, rigidamente hierarquizada.

Logo, o respeito à variedade de cada indivíduo a partir desses conhecimentos é de fundamental importância para uma sociedade mais igualitária, que possa aceitar e, muito além disso, conviver com as diferenças que são comuns em qualquer contexto.

## 2.1 A variação linguística e o contexto educacional

A variação linguística não é vista somente nas classes sociais menos privilegiadas ou nas cidades mais afastadas, essas mesmas variações da língua podem ser observadas nos indivíduos mais escolarizados (ditos mais cultos), pois a língua varia conforme a sociedade evolui e se modifica. Bagno explica que o ensino democrático da língua é fundamental para o desenvolvimento cultural, social e de afirmação pessoal de cada indivíduo, como também no desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

A variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua: uma educação voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural, da comunidade e dos indivíduos particulares, e que denegrir ou condenar uma variedade linguística equivale a denegrir e a condenar os seres humanos que a falam, como se fossem incapazes, ou deficientes, ou menos inteligentes [...] (BAGNO, 2008, p. 214).

A respeito da língua, segundo Possenti, dois fatos devem ser levados em conta: “[...] não existe nenhuma sociedade [...] na qual todos falem da mesma forma; a variedade linguística é reflexo da variedade social e, como [...] existe algumas diferenças de status [...], essas diferenças se refletem na língua.” (apud FARACO e TEZZA, 2005, p. 16). O professor tem a responsabilidade, portanto, de proporcionar uma discussão ampla acerca dos estudos, pesquisas e descobertas feitas pelos lingüistas para a construção de uma melhor atitude do aluno na sua percepção em relação à linguagem, sem discriminações.

A variação linguística não pode, portanto, ser usada como forma de exclusão ou de pré-julgamentos. Quem fala a variedade padrão é considerado um indivíduo culto e, na maioria das vezes, detentor de uma importância maior que aqueles que falam a variedade não-padrão. Segundo StahlZilles (apud FARACO e TEZZA, 2005, p.73), o reconhecimento da variação linguística é condição necessária

para que os professores compreendam [...] o seu papel de formar cidadãos capazes de usar a língua com flexibilidade, de acordo com [...] exigências da vida e da sociedade, isso só pode ser feito mediante a explicação da realidade na sala de aula.

O objetivo dessa perspectiva de trabalho do educador é fazer com que o aluno possa utilizar a língua em diversos contextos. Ou seja, que ele saiba que a variedade usada para falar com o grupo de amigos, com seus familiares, ou nas horas de lazer é uma variável válida da língua, tendo que conhecer também a norma padrão (ou variedade padrão) para usá-la em contextos formais; formando, pois, um falante com habilidade para circular em diversos contextos comunicativos.

[...] o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado na escola [...]. Para isso, e também para poder ensinar língua portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma 'certa' de falar, a que parece com a escrita, e o de que a escrita é o espelho da fala [...]. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que além de desvalorizar a forma de falar do aluno [...] denota desconhecimento de que a prática não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BRASIL, 2000, p.31).

Precisamos compreender, portanto, que um indivíduo não deve ser discriminado por falar uma variedade diferente da língua que ele está acostumado a usar. O trabalho do professor e da escola como um todo é fundamental para a conscientização do educando quanto ao entendimento das diferentes formas que a linguagem se apresenta.

## **2.2 Refletindo sobre variação e linguagem no âmbito social**

Até aqui vimos que a língua é dinâmica e que as variações que ocorrem são produto disso. Porém, por serem tratadas de diferentes maneiras, dependendo do prestígio atribuído por determinado grupo de falantes, essas variações podem ser vistas como uma incorreção, algo errado, falado por pessoas que não entendem o jeito certo de se expressar.

Mas, não é bem assim, pois, como explica Bortoni-Ricardo (2004, p. 29), “o grau de monitoração que um falante pode conferir a sua fala vai depender dos recursos comunicativos que ele já adquiriu, no contato com a língua escrita e com eventos monitorados de linguagem oral”. Precisamos entender, então, que pessoas diferentes terão recursos comunicativos semelhantes, porém não idênticos, e isso vai depender muito do contexto, da relação de aprendizagem proporcionada na

escola e da comunidade linguística que cada um integra ou integrou. Quanto a isso, Bortoni-Ricardo ainda salienta que:

Na sala de aula, como em qualquer domínio social, encontramos grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não-verbal. O que estamos querendo dizer é que, em todos os domínios sociais, há regras que implicam as ações que ali são realizadas. (2004, p. 25)

Na verdade, muitas pessoas atribuem à instituição escolar o papel de ensinar o modo certo de “usar” a língua. Ora, quando ingressamos na escola, desde pequenos, não precisamos “aprender a falar” do zero. O papel da escola é o de aprimorar os conhecimentos que já adquirimos (inclusive no caso da língua que falamos), para que possamos falar ou escrever da maneira e na ocasião mais adequadas.

As pessoas vão adquirindo recursos comunicativos à medida que vão ampliando suas experiências na comunidade onde vivem e passam a assumir diferentes papéis sociais. Mas a escola tem uma função muito importante no processo de aquisição desses recursos. [...] *É papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos*, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais distintas tarefas lingüísticas. (op. cit., 2004, p. 74, grifo do autor)

Essa visão distorcida de que existe certo ou errado, de que muita gente “maltrata” a língua por não tê-la “aprendido corretamente” é que corrobora para uma visão preconceituosa que muitos possuem, ou seja, o fato de um indivíduo não se adequar à norma que se considera mais prestigiada (a mais “correta”) o leva, como explica Bagno, a um tipo de exclusão social.

A demonstração mais nítida que se pode oferecer do caráter eminentemente *social* do preconceito linguístico é que a noção de *erro* [...] não é absolutamente estática: a noção de *erro* varia e flutua de acordo com quem usa e contra quem. No caso em questão, é alguém das camadas privilegiadas da população que vê *erro* na língua dos cidadãos das outras camadas, as menos favorecidas [...]. (BAGNO, 2003, p. 21, grifo do autor)

Ou seja, a classe dominante possui um discurso predominante e, por ser influente, tenta padronizar a língua, criando uma norma a ser seguida, justificando, por conseguinte, a existência da norma-padrão e da gramática normativa. No entanto, isso não minimiza e nem exclui a existência do português não-padrão.

É preciso, então, tornar o ensino escolar aberto para as diversas variedades que qualquer língua viva possui. Logo, não se objetiva substituir um variedade por outra, mas fazer com que o aluno seja competente em distinguir os diferentes usos da língua, inclusive no caso da norma culta. Por isso, é preciso mostrar que há alternativas melhores e que é possível e necessário refletir, em nível escolar, sobre os problemas da linguagem.

Entender a variação, acabar com o estigma do “erro” e, principalmente, com o preconceito que este proporciona é tarefa primordial da universidade, com a formação de profissionais mais coerentes e capazes de lidar com esse problema, comprometidos em proporcionar no aluno o verdadeiro interesse na língua, ou seja, não uma língua artificial, sem sentido, com frase soltas e classificações complicadas e intermináveis, mas uma língua com sentido, que lhe seja tangível.

Cada um de nós, [...] precisa elevar o grau da própria *auto-estima linguística*: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que ‘brasileiro não sabe português’, que ‘português é muito difícil’, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas ‘falam tudo errado’. Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um *comando paragramatical* e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes. (BAGNO, 1999, p.115, grifo do autor)

Como foi entendido até agora, o modo como o docente entende e se relaciona com a língua definirá como ele irá trabalhar com os seus alunos as variedades lingüísticas, a norma padrão, a gramática, etc. Enfim, o professor é um fator determinante em todo esse processo, revendo muitas concepções de ensino, partindo para uma educação voltada para a variação lingüística, habilitando seus discentes a refletirem sobre sua língua, desenvolvendo neles a capacidade de selecionar o que irão falar e/ou escrever dependendo da situação.

Enfim, diante tudo isso, o que fica claro é que se torna necessário a adoção de uma postura transformadora e inovadora em relação ao ensino da língua portuguesa, insistindo, sobretudo, na compreensão – começando pelo professores e partindo para os alunos – de que não há nada “errado” ou “certo”, mas sim, de que a língua é dinâmica e diversa em seus sentidos e aplicações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa realizada concluímos que, com certa frequência, podemos encontrar variações na linguagem verbal das pessoas, como também no ambiente escolar, e que, diante do preconceito criado, fruto de uma influência social, essas variações transformam-se em um “erro”, algo fora de qualquer possibilidade comunicativa.

Compreendemos ao longo deste artigo também, que a escola e, principalmente, o professor são personagens de extrema importância nesse processo, pois servem como uma referência, influenciando o modo como a variação é percebida. O educador precisa compreender que dominar a língua culta é apenas uma parte do contexto comunicativo do seu aluno. A conscientização das diferentes variações, pois, é primordial no seu aprendizado e de como este irá se comportar diante de diferentes situações comunicativas.

Portanto, através desse estudo, pudemos nos aprofundar um pouco na abordagem da temática, procurando desenvolvê-la de forma a contribuir para a ampliação da visão dos educadores e sua percepção acerca do preconceito existente quanto às diferenças na linguagem das pessoas.

Assim, como condição necessária para o fim do preconceito linguístico, a conscientização, o entendimento do problema em questão e das variações que existem na língua são essenciais num processo educacional mais amplo e democrático. O desafio de ensinar língua portuguesa não deve, pois, esbarrar na velha lógica gramaticalista, mas buscar, isto sim, uma linguagem com sentido, sem qualquer julgamento ou discriminação.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANTUNES, Irlandé. **Aula de Português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália.** Novela sociolinguística. São Paulo, Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (Ensino Médio): Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC/Semtec, 2000.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 2000.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristovão. **Prática de texto para estudantes universitários.** Petrópolis: Vozes, 2005.

NUNES, A. I. B. L. e SILVEIRA, R. N.. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos.** Brasília: Liber Livro, 2009.